



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

COERÇÃO E CONSENSO: O PROCESSO DE (DES)CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Autora: Alynne Alves Crispim

Bacharel em Serviço Social (FAFIC), Graduanda em Pedagogia (IESMIG). E-mail: alynne_104@hotmail.com

Co-autor (1): Jamilton Costa Pereira

Pós-graduando em Gestão da Educação Municipal (UFPB). E-mail: jcp_jamiltoncosta@hotmail.com

Co-autor (2): Glicio Freire Andrade Junior

Mestrando em Ciências das Religiões(UFPC). E-mail: gliciofreire@gmail.com

Co-autora (3): Maria Nilza Pereira

Mestranda em Ciências Educação (UTIC) E-mail: preta_nilza@hotmail.com

Resumo: Tendo como pressuposto o marco constitucional de 1988, como sendo um avanço ímpar no que se refere aos direitos dos cidadãos, verifica-se que seus dispositivos legais acabaram encontrando empecilhos para a sua materialização a partir da implantação do modelo neoliberal, por meio de um reordenamento político, econômico, social e ideológico que acabou modificando a conjuntura predominante. Face a isso, o presente trabalho visa elencar alguns aspectos no que se refere a implantação do neoliberalismo e a consequente onda de desmonte dos direitos sociais, dando ênfase a seus impactos nas Políticas Públicas Educacionais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa analítica, por meio de uma revisão bibliográfica e documental, a luz do método dialético, com a pretensão de se transpor a mera repetição de ideias. Assim, verifica-se que a avalanche neoliberal acaba transformando as políticas públicas da área da educação em meros mecanismos de coerção em busca do consenso, produzindo um ensino reificado e muitas vezes tecnicista, sem possibilitar a criticidade necessária para que haja o desvelamento da realidade social e a contraposição aos ideais e posturas que acabam favorecendo a manutenção da ordem vigente.

Palavras-Chaves: Educação, Políticas Públicas, Neoliberalismo.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 se constituiu enquanto marco legal no que se refere a garantia de direitos sociais aos cidadãos devido os avanços que foram conquistados após diversos anos de luta e mobilizações da população brasileira. Neste sentido, cabe evidenciar que a materialização destes direitos acabou não se concretizando de forma coerente, tendo em vista a avalanche neoliberal que se instalou no Brasil, fazendo com que houvesse um reordenamento econômico, social, político, ideológico e até mesmo cultural na nossa conjuntura. Para tanto vê-se que,

O que estamos vivenciando é uma crescente polarização: de um lado vivemos um processo de concentração de renda e de riqueza em índices nunca vividos anteriormente em nossa história; e de outro, um crescente processo de exclusão social, em que a grande massa da população sequer tem a possibilidade de acessar aos mínimos necessários a sua



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

segurança e sobrevivência, vulnerabilizando cada vez mais a população trabalhadora (CFESS, 2011, p. 09).

Ao passo que vivenciamos a expansão da política neoliberalista, observamos seus impactos catastróficos nas relações sociais e seus efeitos sobre a dinâmica de vida das pessoas. Neste sentido, evidenciam-se os rebatimentos desta temática no espaço educacional, tendo em vista que através do acesso ao conhecimento é que se pode conseguir entender de forma crítica a realidade social e assim poder reivindicar melhorias diante deste cenário de violação de direitos.

Levando-se em consideração o que foi citado anteriormente vale ressaltar que frente a essa conjuntura acaba ganhando espaço às políticas públicas, de forma que estas acabam se caracterizando como sendo formas do Estado intervir nas manifestações da questão social que são decorrentes das desigualdades oriundas do sistema atualmente vigente que prega a apropriação desigual das riquezas que são socialmente produzidas.

2 METODOLOGIA

Nesta perspectiva foi realizada uma pesquisa analítica, através de uma revisão bibliográfica e documental, a luz do método dialético com escopo de alcançar os objetivos propostos neste estudo e com a pretensão de transpor a mera repetição de ideias. Mediante o exposto, faz importante saber conforme Gil (2007, p.26) que “[...] o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que se refere a temática proposta neste estudo cabe inicialmente evidenciar que apesar do elo existente entre Estado e Governo, e de constantemente estes terem seus significados interpretados de maneira enviesada; ambos não são sinônimos, de modo que o Estado pode ser entendido como sendo a unidade de administração do território, contemplando as diversas instituições públicas que atendem e representam as necessidades da população como um todo. Já o Governo constitui-se como umas das instituições que integram o Estado, tendo a função precípua de administração.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Face a isso, verifica-se que as políticas públicas podem ser entendidas como sendo os mecanismos de ação (o conjunto integrado de ações) do governo – que pode ter ou não participação da sociedade civil organizada; que são postos em práticas para garantir a estabilidade do Estado.

Levando em consideração o que foi exposto anteriormente vê-se que, as políticas públicas passam a ser executadas nas mais diversas áreas com o intuito de promover uma maior qualidade de vida para as pessoas, e conseqüentemente vir a suprir as demandas sociais e necessidades dos mesmos. Assim,

As políticas sociais – e a educação – se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social. Portanto, assumem “feições” diferentes em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado. É impossível pensar Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo (HÖFLING, 2011, p.31).

Desta forma, as Políticas Públicas Educacionais acabam sendo constituídas (de acordo com as legislações vigentes em nosso país) enquanto sendo políticas transformadoras, porém seu processo de materialização é enviesado, o que faz com que haja o direcionamento para que acabem se tornando medidas de intervenção meramente compensatórias, não produzindo grandes alterações na realidade social do indivíduo, já que na maioria das vezes esta sendo executada de forma minimalista, precarizada, fragmentada, sem o financiamento necessário e sem os incentivos (profissionais e materiais) necessários, servindo apenas de meio de manutenção do status-quo, uma educação de coerção para o consenso.

Tendo em vista que o neoliberalismo é embasado na concepção de livre atuação do mercado, tendo o Estado apenas como regulador das relações sociais, há um direcionamento no que se refere à privatização, austeridade fiscal, fragmentação e polivalência das relações trabalhistas, desregulamentação de direitos, dentre outros fatores que acabam promovendo o cerceamento de liberdade e o favorecimento do crescimento e manutenção do modo de produção capitalista, o que faz com haja um grande impacto negativo na educação pública, desde aspectos financeiros até mesmo as questões ideológicas que perpassam a este cenário. Todavia, evidencia-se que também há pontos positivos no que se refere ao processo de globalização do acesso a informação, de modo que mesmo havendo restrições de acesso, atualmente se tem isso como um avanço dentro do ambiente escolar.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Porém é preciso ter o entendimento de que a educação, mesmo dentro desse contexto de violação/negação de direitos, ainda constitui-se enquanto sendo dever do Estado, devendo ser ofertada de forma gratuita, pública, laica e com qualidade para todos. Com isso cabe demonstrar que,

O direito a educação, bem como direito ao acesso a permanência na Escola, tem sido garantido reiteradamente nos aporte legais, seja na Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (8.069/90) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) dentre outras, tendo como finalidade a formação do sujeito para o exercício da cidadania, preparação para o mundo do trabalho e sua participação na sociedade. Assim, a qualidade dos serviços prestados à população e de modo especial ao usuário da escola pública, tem como objetivo seu pleno desenvolvimento. Apenas para ilustrar, o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente coloca o direito à educação, ao acesso e permanência na escola. Direitos que precisam ser perseguidos por todos os profissionais que trabalham na educação, garantindo pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, contribuindo em sua formação para exercer a cidadania (CFESS, 2011, p.10).

Esse fator acaba reforçando a existência de inúmeros mecanismos legais que vêm dar subsídio na garantia da materialização da educação enquanto um direito de todos, dando ênfase à necessidade de haver possibilidades não só de acesso à mesma, mas também de permanência em condições equânimes.

A educação está na nossa Constituição Federal como um direito universal; porém o que se vivencia atualmente é a sua efetivação de maneira precarizada, onde as escolas atingem sua capacidade máxima de suporte de alunos, os profissionais são mal remunerados; há falta de estrutura física e de materiais didáticos, dentre outros.

Porém o que acontece é que o Estado investe cada vez menos em educação transferindo sua responsabilidade para o setor privado, que atendendo a lógica mercadológica oferece escolas bem estruturadas, com profissionais qualificados e um ensino de alta qualidade se comparado às escolas públicas.

Assim, segundo Chauí (2006) “a sociedade brasileira está polarizada entre a carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes e dirigentes, bloqueando a instituição e a consolidação da democracia”.

O ensino superior também sofre os impactos deste sistema, já que as universidades públicas estão esquecidas pelo estado, passando por todo um processo de sucateamento. Mesmo assim, o acesso a este torna-se cada vez mais seletivo, pois o meio para ingressar neste sistema é um vestibular unificado que é usado em



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

todo território nacional para estudantes que vem de escolas e realidades sociais totalmente díspares; onde os alunos que estão nas escolas privadas acabam sendo privilegiados devido sua trajetória educacional ser mais “completa” do que a dos alunos da rede pública.

Com isso na tentativa de inserir esses estudantes no ensino superior o governo cria diversas bolsas em parceria com as instituições privadas (Prouni e Fies), intensificando cada vez mais a focalização e a seletividade, pois estas medidas não resolvem os problemas da educação, tendo em vista que os alunos já tiveram todo seu processo de construção da base educacional cerceado e realizado de forma totalmente desestruturada.

Um aspecto de grande destaque é a questão da revolução tecnológica, onde o ensino passou a atender cada vez mais a lógica da competição, já que são formadas pessoas capacitadas, em sua grande maioria em cursos técnicos para entrarem no mercado de trabalho (devido a rapidez do processo de ensino-aprendizagem e a necessidade de mão-de-obra especializada para operar as diversas máquinas do setor industrial).

Essa centralidade ocorre porque educação e conhecimento passam a ser, do ponto de vista do capitalismo globalizado, força motriz e eixos de transformação produtiva e desenvolvimento econômico. São, portanto, bens econômicos necessários a transformação da produção, a ampliação do potencial científico-tecnológico e ao aumento do lucro e do poder de competição em um mercado concorrencial que se pretende livre e globalizado. Tornam-se claras, assim, as conexões educação-conhecimento e desenvolvimento-desempenho econômico. A educação constitui um problema econômico na visão neoliberal, já que é o elemento central desse novo padrão de desenvolvimento (LIBANELO, OLIVEIRA, TOSCHI; 2009, p. 110).

Outro grande problema que surge neste cenário neoliberal é a expansão do ensino superior das instituições de formação a distância, onde as pessoas tem uma formação aligeirada, que surge totalmente embasada em interesses mercadológicos com o intuito de vender de forma rápida e “acessível” o diploma de conclusão do curso; criando um exército industrial de reserva que tem certificação, mas não tem qualificação.

Nesta perspectiva essa modalidade de educação acaba gerando impactos no processo de formação profissional do indivíduo, tendo em vista que toda essa lógica de comercialização do ensino através da expansão das instituições privadas e dos polos de educação a distância, assim como o sucateamento da rede pública, e a má formação que vem desde a base (no fundamental I), vai interferir de maneira drástica na sua formação.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

O acesso a esse ensino fragmentado, não irá proporcionar a construção de uma visão crítica da realidade, gerando um montante de profissionais que reduzirão suas práticas a ações imediatistas, focalizadas e seletivas, devido a sua falta de entendimento diante da conjuntura na qual estão inseridos, sendo estes incapazes de formular mecanismos de atuação diante das demandas que serão postas, se reduzindo a meros executores de ações de favorecimento do sistema capitalista.

Assim, a partir da junção de todos esses aspectos a educação passa a ser pensada, visualizada e praticada como um instrumento de coerção em busca de um consenso, promovendo uma alienação reificada da realidade social.

Com isso, “compreender a educação como uma Política Social que tem o compromisso de garantir direitos sociais, indica também uma reformulação e/ou ampliação do conceito de educação, onde precisa ser assimilada a partir da perspectiva de sua proteção social e do papel que a escola assume na sociedade” (CFESS, 2011, p.8).

Deste modo vê-se que são as nuances do sistema capitalista através de seu modelo neoliberal que acabam deslegitimando esse aspecto da educação enquanto direito social, de modo que esta acaba perdendo sua função precípua de produzir a troca de conhecimento e passa a ter funcionalidade, no sentido de reproduzir ideais que produzem a manutenção do status-quo.

4 CONCLUSÃO

Levando-se em consideração os aspectos que foram elencados anteriormente, verifica-se que as Políticas Públicas Educacionais no Brasil tem sua formulação, planejamento e efetivação perpassada por um cenário de dicotomia, em que há sua adequação a conjuntura política, econômica, social e ideológica que estava sendo vivenciada.

Logo percebe-se que diante do modelo neoliberal há uma renovação do conservadorismo de modo que a educação passa a servir apenas de manutenção e reprodução da ordem vigente, não sendo vista enquanto direito social e sendo direcionada apenas a uma camada a população. Assim,

Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, bem como a inserção no mundo e a constituição da cidadania também



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

como poder de participação tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Qualidade é, pois, conceito implícito a educação e ao ensino e (LIBANEO, OLIVEIRA, TOSCHI; 2009, p. 117 e 118).

Neste sentido, faz-se necessário buscar novos mecanismos de intervenção social que venham a possibilitar o real desvelamento da realidade, de forma que as legislações que estão postas, sejam efetivadas de forma coerente, com o escopo de garantir o acesso igualitário a educação pública e laica de qualidade para todos, sem nenhuma distinção ou favoritismo sendo assim alcançada a real qualidade da educação em todos os níveis.

5 REFERÊNCIAS

BACKHAUS, Berenice Beatriz. **Prática do Serviço Social escolar: uma abordagem interdisciplinar**. In: SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. N38. São Paulo: Cortez. Março/1992, p.37-55.

CAMARDELO, Ana Maria. **Estado, educação e Serviço Social: relações e mediações no cotidiano**. In: SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. N46. São Paulo. Março/1994, p. 139-162.

CFESS. **SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO**. Brasília-DF, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Direitos Humanos e Educação**. Congresso sobre Direitos Humanos. Brasília, 30 de agosto de 2006.

CUNHA, Renata Michele R. da, et al. **Os Recursos tecnológicos como potencializadores da interdisciplinaridade no espaço escolar**. The 4^o International Congress on University Industry Cooperation – Taubate, SP – Brazil – December 5 th through 7 th , 2012, ISBN 978-85-62326-96-7.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Estado e Políticas de Financiamento da Educação**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 831-855, out. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. 5.ed.-8.reimpr.-São Paulo:Atlas,2007.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001. p.30-41.

LIBÂNIO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2009 – 8.ed. (Coleção Docência em Formação/coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

LOPES, Eliane M.; GALVÃO, Ana Maria O. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Método e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROSSI, Ednéia Regina. RODRIGUES, Elaine. NEVES, Fátima Maria (Org.). **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2009. 166 p.

SAVIANI, Dermeval. **A Política Educacional no Brasil**. In: STEPHSNOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III: Século XX. 3.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009, p. 29-38.

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do Projeto do MEC**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007.

TAMBARA, Elomar. Problemas teórico-metodológicos da História da Educação. In: SAVIANI, D. (Org.). **História e História da educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas, SP: Autores Associados: 1998.